



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 8

Sessão Ordinária de Fevereiro

3.ª Reunião de 11-03-2002

Aos oito dias do mês de Março de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Pedro Machado Pires da Rosa, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores, Domingos José Barreto Cerqueira, Joaquim Manuel Silva Marques, Ângelo Pereira Pires, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues e Marília Fernanda Correia Martins.

A Vereadora Lusitana Maria Geraldês da Fonseca entrou na sala às 20:15 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 da substituição nesta reunião do Vogal Henrique Manuel Morais Diz pelo Vogal Rui Manuel Pereira Costa. Ainda, nos termos da legislação em vigor, o Presidente de Junta Manuel Júlio Braga Alves, nesta reunião, fez-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves.

Continuando recordou ao plenário a deliberação tomada na reunião anterior de se discutir imediatamente a seguir o ponto n.º 7 da ordem do dia.

PONTO N.º 7 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2002.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Extraordinária de 15/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara delegou no Administrador Delegado dos Serviços Municipalizados - Eng.º Canas – que fez a apresentação do assunto em epígrafe.

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, António Manuel dos Santos Salavessa, Joaquim dos Santos Abreu e Raúl Ventura Martins)

Membros da Assembleia:

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

A

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

Membros da Assembleia:

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu entendo que apesar de termos um situação internacional muito complicada e perigosa acho que não há razões para não discutirmos um Plano de Actividades Plurianual dos Serviços Municipalizados porque certamente que a guerra com que alguns ameaçam não vai acontecer, pelo menos com a dimensão que se possa prever. Portanto, acho que estamos em condições para discutir e para ver o Plano de Actividades dos Serviços, para continuar a planear o futuro sem medos e olhando para a nossa realidade.

Senhor Presidente, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados, apresentam uma qualidade que não nos surpreende. Não nos surpreende porque aparece numa linha que tem vindo a melhorar progressivamente e que nos vem habituando desde há vários anos a uma linha que infelizmente ainda contrasta com os documentos apresentados pela Câmara e um contraste que é favorável aos Serviços Municipalizados.

Estamos perante um documento bem estruturado, com objectivos estratégicos, com objectivos integrados, com objectivos sectoriais e com acções de Plano de Actividades claramente expostas e coerentes entre si. Não temos só objectivos claros e coerentes, mas também objectivos que não se limitam ao “ram ram”, que não se limitam à rotina, e que traçam linhas de rumo com as quais estamos quase totalmente de acordo.

Nomeadamente a cobertura do abastecimento da água e saneamento, a busca da qualidade de um serviço de águas, a construção de um sistema moderno de transportes públicos, a melhoria dos serviços prestados, a valorização dos trabalhadores e da sua intervenção e estou a citar portanto, objectivos que constam do Plano de Actividades, as preocupações ambientais e efectivas traduzidas em acções concretas, e a procura de formas inovadoras de gestão de recursos e das formas de comunicação no interior dos SMA e a comunicação dos SMA com os utilizadores. Ou seja, com a população do Concelho.

Considero muito positivo e relevante a posição de excelência dos Serviços Municipalizados de Aveiro no contexto nacional, sem que isso, como é obvio, nos iniba de fazer as críticas que consideramos necessárias, sempre que as consideremos necessárias.

Com a continuação deste caminho, ficará certamente comprovado que é possível prestar serviço público de qualidade com eficácia, com eficiência e com respeito pelos interesses das populações. Daí que nos cause alguma estranheza que se fale em - e passo a citar: “repensar o modelo de gestão, mais adequado à prestação de um serviço público de qualidade, à comunidade”. Quando o Instituto Regulador de Águas e Resíduos considerou em relatório “que se está na presença de um sistema de gestão delegada, funcionando em condições modelares no que concerne a aspectos técnico/ambientais, administrativos ou financeiros e de serviço público aos consumidores”. Portanto, temos uma avaliação externa que traça este modelo e que classifica de alguma forma de excelente, aquilo que é feito e está-se por outro lado a repensar modelos de gestão quando alguém nos diz que este modelo está ótimo. Por causa desta estranheza solicito (e penso que não vai ser preciso formalizar muito o pedido), que me façam chegar o relatório preliminar sobre as vantagens e inconvenientes dos vários modelos de gestão, aplicáveis aos SMA que está citado neste Plano de Actividades. Gostaria muito de conhecer as reflexões que nesse relatório estão certamente inseridas.

Quanto a aspectos de pormenor apenas duas ou três coisas. Em primeiro lugar, estando de acordo com a opção dos Serviços de manter operacionais todos os furos, e todos os equipamentos, de todas as captações do aquífero subterrâneo - e com certeza mantendo e recorrendo regularmente ao Vale das Maias, queria que me fosse dito o que é que está a ser pensado além disto? Portanto, é uma questão recorrente mas como não é citada, eu gostava que me dissessem: primeiro, se há ou não uma nova fase do Carvoeiro a ser pensada? Segundo, se a Barragem de Ribeiradiu – que ao que parece já está a ser feita – se insere ou não, numa perspectiva de médio e longo prazo para a resolução dos problemas de abastecimento de água, para que não necessitemos de recorrer às captações subterrâneas? E penso que isso devia ser de facto evitado ao máximo, o recurso às captações subterrâneas. Segunda observação, verificando os custos que continuam a ser pagos com o fornecimento da água do Carvoeiro, registar mais uma vez o meu protesto, o meu lamento, pelo facto de se ter ido pelo caminho que com a concessão a privados que acabou por onerar muito os custos de uma coisa que deveria custar muito menos ao nosso município.

Terceira questão, queria saber se a estabilização da situação financeira que é citada no Plano, se é condição “sine qua non” para a concretização do Plano de Actividades? E se a transferência da Câmara para os Serviços é condição “sine qua non” da estabilidade financeira?”

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

(saiu da sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu)

Dos Serviços Municipalizados

Administrador Delegado – Eng.º Canas

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

B

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos convenientes.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 7 – Serviços Municipalizados – Plano Plurianual de Investimentos para 2002, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PS17+PSD11+PP3+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“A bancada do PSD votou favoravelmente esta proposta de Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Aveiro, por reconhecer o esforço que tem sido feito para que estes Serviços sejam uma mais-valia para Aveiro e por isso nos reconhecemos nas propostas que estão a ser feitas e reconhecemos também que, para que este Plano possa ser concretizado, tem que haver uma responsabilização por parte da Câmara de financiar os Serviços Municipalizados. Muito obrigado.”

(reentrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu)

Vogal António Salavessa (PCP):

“Eu requeria que a minha intervenção anterior fique em acta e isso para mim basta.”

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:30 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Rui Manuel Pereira Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Manuel Vieira do Santos, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria da Conceição Seixas Almeida, Vítor Manuel Santos Marques e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Joaquim Manuel Silva Marques, Ângelo Pereira Pires e Manuel Fernando Ferreira Rodrigues.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto n.º 1 da Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária.

PONTO N.º 1 – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos membros desta Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entraram na sala os Vogais Fernando Manuel Teixeira Alves e Paulo Jorge Teixeira de Jesus)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

(Entraram na sala os Vogais, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António dos Santos Costa e Jorge Manuel do Nascimento)

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu hesitei um pouco, porque este volume de informação (volume este que se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal), podia de alguma forma alterar a intervenção que eu vou fazer, porque podia eventualmente alterar o conteúdo. Mas sinceramente não altera, a não ser um pequeno pormenor, que é no volume da informação relativa à actividade da Câmara. Portanto é só aí que há uma pequena alteração. A Comunicação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, ao contrário do que diz no primeiro ponto, quando diz: “nos termos da lei”, não corresponde aquilo que é exigido por lei. Da informação deve constar:

a) a actividade do município;

b) situação financeira;

c) actividade do município nas entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;

d) saldo e situação das dívidas a fornecedores;

e) reclamações, recursos hierárquicos, processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos.

É este o conteúdo actual que deve constar da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara. Ora, nestas quatro folhas (e nos anexos que ali estão), está de facto tratada de forma razoável a alínea a); está tratada de forma algo incompleta (em minha opinião) a alínea b) portanto, a situação financeira; está tratada a 50% a alínea d), porque temos a situação das dívidas a fornecedores, mas não temos o saldo, e o saldo refere-se a um dia concreto, a um saldo concreto da situação das contas da Câmara e ignora em absoluto as alíneas que referi — a alínea c) e a alínea e).

Portanto, eu quero que isto fique registado em acta como uma irregularidade. Não responsabilizo a Mesa, porque não se trata de uma proposta; caso se tratasse de uma proposta a Mesa tinha que verificar a sua aceitação e a consonância com a Lei por parte da Câmara. Mas não se trata de uma proposta não responsabilizo a Mesa. Responsabilizo apenas o Senhor Presidente da Câmara, esperando que tudo isto não passe de um “acidente” de adaptação às exigências da nova lei, e que haja a partir de agora uma actuação, embora eu não deixe de estranhar que já se tendo a Câmara reforçado do ponto de vista da consultoria jurídica que tenham passado alguns pormenores que tem a ver com a relação da Câmara com a Assembleia e com o exercício pela Assembleia da sua função fiscalizadora.

Posto este primeiro preâmbulo, tal como aqui há dias houve uma chamada de atenção para um aspecto da Lei. Daquilo que eu disse, parte está nas Competências do Presidente da Câmara que especifica o que é que a Comunicação à Assembleia deve incluir.

Duas situações particulares. Porque a actividade municipal é feita de muita coisa, mas também é feita de coisas pequenas (pequenas porque tem a ver com uma pessoa ou com uma instituição), mas que acabam por ser significativas porque podem corresponder a padrões de actuação e de comportamento que acho que devem ser alterados pela Câmara Municipal. Questão número 1. Chegaram ao meu conhecimento dificuldades por parte de trabalhadores estudantes da Universidade de Aveiro, que são funcionários da Câmara Municipal. Não é um caso, é mais do que um, porque tenho conhecimento directo de dois casos e num deles com os seguintes pormenores:

No dia 20 de Fevereiro, foi entregue um pedido de gozo de cinco horas semanais para se assistir a aulas por um funcionário. (mas o problema equivalente é colocado por um funcionário num serviço diferente, até um espaço diferente) Foi-lhe dito que, a questão das cinco horas apenas se colocava se não houvesse uma proposta de horário, que fosse de 35 horas, que fosse aceite pela Câmara. Portanto havendo um acordo para um horário de 35 horas, não havia razão para a utilização das cinco horas. Esse horário foi apresentado no dia 26 de Fevereiro e até hoje dia 11 de Março ainda não teve resposta. Ainda não tem decisão. Isto quer dizer, que à pessoa, ao funcionário, está a ser ignorado um direito — e um semestre na Universidade passa a uma velocidade estonteante. Portanto já perdeu uma série de aulas e esta falta de resposta está a afectar a situação destes trabalhadores da Câmara. Portanto, atenção a isto! Resolvam o mais rápido possível, acho que fica mal a uma Câmara com esta composição não respeitar os direitos ou não criar condições para a progressão por parte ... averiguem ... averiguem!

Segunda questão. Há um sindicato, que é um sindicato representativo dos professores da nossa região, que neste mandato já pediu duas reuniões à Câmara Municipal — trata-se do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Uma reunião destinava-se incluída numa serie de reuniões que o sindicato está a realizar com as câmaras da região para discutir a situação das escolas do primeiro ciclo. Já reuniram com Sever do Vouga, já reuniram com Águeda, já reuniram com Oliveira do Bairro... é que há mais de um mês que pediram uma segunda reunião! O Sindicato vai realizar o seu Congresso, é um Sindicato que abrange vários distritos: Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, mas vai realizar o seu Congresso Regional em Aveiro, aqui nesta casa, portanto no Centro de Congressos. E já há bastante tempo que pediu uma reunião com a

Câmara; teve uma primeira reunião marcada para um dia (em que depois houve um cancelamento sem aviso prévio, porque havia uma reunião extraordinária da Câmara) e continua sem ter acontecido essa reunião. Eu acho que qualquer instituição merece o respeito por parte da Câmara. Mas uma instituição que vai realizar aqui o seu Congresso, que movimenta algumas centenas de delegados que vêm a Aveiro, que vêm conhecer Aveiro, que vêm conhecer a nossa realidade, deveria merecer cuidado e atenção por parte da Câmara Municipal.

Posto estes dois casos, que sendo particulares são de alguma forma significativos e merecem reparo, iria só referir porque as outras questões já o foram; já discutimos uma série de coisas também nesta Comunicação, ia só falar da situação financeira.

Eu não quero dramatizar mais do que aquilo que já foi dramatizado. Mas acho que estamos perante uma situação em que a Câmara nos apresenta uma dívida de cerca de 15 milhões de contos: 3,5 milhões do leasing; 3,3 milhões a entidades não financeiras; 8,2 milhões a entidades financeiras — estamos perante uma coisa desse valor.

Depois, ainda há o que se diz: (o Senhor presidente dirá se é verdade ou não) que serão 3 ou 4 caixotes de facturas em conferência, portanto que ainda não entraram nas contas, estão em conferência com é óbvio! Não me contaram foi da dimensão dos caixotes, podem ser umas caixinhas de sapatos ou podem ser uns contentores — aí já não tenho a noção exacta do que é que se passa!? Mas para além da dívida efectivamente registada, há uma parte significativa que não está contabilizada por estar em conferência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu repito aquilo que disse há dias, e digo-o da forma mais solene possível: O dia em que a Câmara estiver disposta a assumir o problema – chamemo-lhe assim - e disposta a discutir seriamente um plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal pode contar com a disponibilidade da CDU para esse objectivo. Nós não queremos mais situações em que a Câmara perde o nome na praça. Nós não queremos situações em que a Câmara tem que ir fazer trabalhos de tipografia a Coimbra porque já não lhos fazem aqui. Nós não queremos situações em que têm que pagar os combustíveis em dinheiro porque as requisições nada feito! Portanto, esse tipo de situações acho que são desprestigiantes para todo o município e para todos nós. Estamos à vossa disposição para discutir, quando o entenderem, o problema e o seu saneamento.”

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

D

Membros da Assembleia

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida, o Presidente da Mesa deu por concluída esta terceira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, convocando a próxima reunião para o dia 13 de Março de 2002 (quarta-feira) pelas 18:00 horas.

Eram 24:00 horas do dia 11 de Março de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)